

Novo código faz cair mortes no trânsito em 35%

O rigor da lei fez com que os acidentes caíssem 41% e o número de feridos, 27%

BRASÍLIA - O ministro da Justiça, Renan Calheiros, anunciou ontem que o número de mortes em acidentes de carro caiu 35% no primeiro semestre desse ano, comparado com o mesmo período do ano passado. Entre janeiro e junho de 1997 foram registradas nove mil mortes no trânsito no país, ou seja, 2.500 a mais que as 6.500 mortes contabilizadas nos primeiros seis meses desse ano. O salto de qualidade é atribuído às multas rigorosas contra excesso de velocidade, entre outras infrações, instituídas pelo Código de Trânsito Brasileiro. O Código foi aprovado ano passado pelo Congresso e entrou em vigor este ano.

"O Código tem revolucionado as relações de trânsito, tem diminuído significativamente o número de acidentes e de mortes", afirmou Calheiros, após a solenidade de abertura da Semana Nacional de Trânsito, promovida no auditório Tancredo Neves, do Ministério da Justiça. A queda do número de morte não foi o único dado positivo. Pelas estatísticas oficiais, no primeiro semestre deste ano o número de acidentes teve uma queda de 41% e o de feridos 27%. "Não há dúvidas de que o código está cumprindo o seu papel", disse Renan. O ministro desmentiu, mais uma vez, a intenção do Governo de reduzir as multas.

"Isso não vai acontecer. Não vamos abrandar as multas. Elas têm um caráter educativo", assegurou.

Há pouco mais de dois meses, quando tomou posse, o diretor do Departamento Nacional de Trânsito, Giddel Dantas, ex-deputado ligado ao ex-presidente Fernando Collor de Mello, chegou a declarar que iria diminuir o rigor das punições em determinadas infrações de trânsito. Renan Calheiros reafirmou também que até 22 de novembro o Conselho Nacional de Trânsito (Contran) terá concluído a regulamentação do Código. Entre as novas regras a serem definidas estão as normas sobre a inspeção veicular.

A inspeção veicular - vistoria anual dos itens de segurança e emissão de gases poluentes - se tornará obrigatória a partir do início do próximo ano. A exigência tem sido alvo de um poderoso lobby de empresários e políticos interessados no negócio. Os cálculos menos otimistas dão conta de que a inspeção criará um novo segmento estimado em nada menos que R\$ 1,5 bilhão. Pelo Código, os 27 milhões de veículos - carros, caminhões e ônibus - em circulação no país terão que fazer uma vistoria a cada ano, numa oficina autorizada, que poderá custar, em média, R\$ 70.

Para discutir o funcionamento da inspeção, o ministro convidará representantes de departamentos de trânsito (Detrans), de empresas interessadas em prestar o serviço e de governos para integrar um fórum. O exame servirá para detectar eventuais falhas mecânicas do carro.